

Ofício nº 546/2023-DGP

Maceió-AL, 01 Junho de 2023.

A Sua Ex.^a o Senhor
MARCELO VICTOR CORREIA DOS SANTOS
Presidente do Poder Legislativo do Estado de Alagoas
Praça Dom Pedro II, s/nº, Centro
CEP: 57020-900 – Maceió/AL

Assunto: **Decisão Monocrática.**

Prezado Senhor,

1. De ordem do Senhor Conselheiro Presidente **Fernando Ribeiro Toledo**, encaminhamos a V. S^a., em anexo e sob **AR**, cópia da Decisão Monocrática, relatada pelo Conselheiro **Otávio Lessa de Geraldo Santos**, referente ao processo nº. TC-11424/2015, para ciência, conforme determinado no item “b” do referenciado decisório.

2. Por oportuno, ressalto que eventual **resposta ao presente ofício** deverá ser remetida ao relator no portal do jurisdicionado, no seguinte endereço eletrônico: <https://portaletce.tceal.tc.br/>.

3. Atenciosamente,


Franklin Adriano Cardoso de Barros
Diretor de Gabinete da Presidência

/sln

Processo nº	TC-11.424/2015
Anexo:	
Unidade	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH / Fundo de Recursos Hídricos
Responsável	Cláudio Alexandre Ayres Costa
Assunto	RELATÓRIO DE INSPEÇÃO IN LOCO

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Versam os autos, sobre o Relatório de Inspeção *in loco* na **Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH e no Fundo de Recursos Hídricos**, referente ao exercício 2014, sob a gestão e responsabilidade do então Gestor Sr. **Cláudio Alexandre Ayres Costa**.
2. No processo, consta o relatório da referida inspeção *in loco*, **Relatório AFO-DFAFOE n. 017/2015**, emitido em 16/12/2015 pela Diretoria responsável pela fiscalização estadual. No corpo do relatório, foram detectadas algumas irregularidades. No entanto, a Diretoria não se manifestou conclusivamente sobre tais achados.
3. É o relatório.
4. De início, destaco, que este Gabinete possui entendimento firme, no sentido de flexibilizar a análise das Prestações de Contas de Governo e de Gestão, quando de uma possível citação, para oferta de defesa ou quanto ao encaminhamento de alguma documentação pendente estiver obstaculizada pelo decurso do tempo.
5. Proferi diversas decisões e pontuei que a razoável duração do processo, em cotejo com outros valores espreitados nas Prestações de Contas de Governo e de Gestão, deve ser prestigiada, em atenção à segurança jurídica, bem como, ao contraditório e a ampla defesa. No caso em tela, trata-se de **processo de Inspeção in loco**.
6. A efetivação do contraditório a destempo, deveras, aniquila o direito de defesa.
7. Sensível a esta situação, o Tribunal Pleno deliberou pela aprovação da **Resolução Normativa nº 13/2022**, no dia **23.08.2022**, publicada na edição do **Diário Oficial Eletrônico do TCE/AL**, de **25.08.2022**, que Dispõe Sobre o Reconhecimento da Impossibilidade Material de Julgamento de Mérito em Processos de Contas e dá outras providências.
8. Compulsando os autos, verifiquei, que o caso em desate, atrai a incidência da **Resolução Normativa a 13/2022 do TCE/AL**. Porquanto, é processo que necessita de diligências, por ter ingressado nesta Corte de Contas, há mais de 05 (cinco) anos.
9. Para ilustrar, cito o normativo:

demais cautelas legais, conforme o **Art. 3º, § 2º da Resolução Normativa nº 13/2022 do TCE/AL;**

Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, GABINETE DO CONSELHEIRO OTÁVIO LESSA DE G. SANTOS, em Maceió, 14 de abril de 2023.

Conselheiro **OTÁVIO LESSA DE G. SANTOS** – Relator